Nucleo de Pesquisa Regional
Instituto de Estudos Valeparaibanos

MUSEU FREI GALVÃO
ARQUIVO MEMÓRIA DE GUARATINGUETÁ
CENTRO SOCIAL DE GUARATINGUETÁ
Praça Conselheiro Rodrigues Alves, nº 48 - 2º andar
museufreigalvao@yahoo.com.br

2008 **nº 281**

REFLEXOS DA CORTE DE D. JOÃO VI EM GUARATINGUETÁ



1808-2008

Em 1808, a vila de Guaratinguetá era tipicamente rural e o seu núcleo urbano circunscrito ao atual centro da cidade, entre o porto do rio do Paraíba, o ribeirão dos Motas e o São Gonçalo.

A atividade econômica mais expressiva era a cana-de-açúcar (83 engenhos), cultivada principalmente nos bairros da Capela, Ribeirão de Guaratinguetá, Potim e Jararaca, vindo depois a pecuária (cavalar, vacum, suína e muares), o transporte de tropas, o comércio (próximo ao entorno urbano), o plantio de subsistência (mandioca, milho e feijão) e, por último, o café, que começava a despontar em algumas propriedades agrícolas.

A política e a administração estava nas mãos do *"Senado da Câmara"* (Câmara Municipal), formado por agricultores e senhores de engenho de prestígio.

Sob essa perspectiva é que Guaratinguetá, assim como o Brasil, viveu a chegada da Corte de Dom João VI no Rio de Janeiro. Nessa época, o trono de Portugal não era ocupado por um rei, mas por um príncipe Regente. Dom João reinava em nome de sua mãe, D. Maria I, declarada insana e incapaz e governar. A "fuga da família real para o Rio de Janeiro ocorreu num dos momentos mais apaixonantes e revolucionários do Brasil, de Portugal e do mundo". Sobre essa fuga, assim se referiu Napoleão sobre Dom João VI, em suas memórias, escritas pouco

antes de morrer no exílio na Ilha de Santa Helena: *"foi o único que me enganou"*, (1) deixando Portugal e partindo para o Brasil (GOMES, p. 27).

Nos dias que antecederam a chegada da família real, houve uma intensa movimentação em torno do acontecimento, muito comum nos dias considerados importantes, principalmente quando dizia respeito à passagem de autoridades, nascimento, morte, aniversário de pessoas da Casa Real e festas religiosas. Assim, por recomendação do governo da Capitania de São Paulo, representado pelo Capitão-General Antônio José da Franca e Horta, foi expedida Carta Circular aos Capitães Mores, assim expressa: *"Paulistas, o Vosso Principe, acha-se na Capital do Estado, Elle vem felicitar-vos; mas depende pr. emqto. do* ***vosso auxilio****; fazei-lhe ver a nobreza, e Candura dos vossos Corações* [...] acrescentando que *"em tão extraordinarias circusntancias se faz preciso* ***socorrer,*** *e auxiliar a Capital do Estado"* [...] enviando, de imediato, gêneros e mantimentos, como as boiadas que havia no pasto, toucinho, carne de porco, feijão e milho, como ordenava o Governo (Documentos Interessantes, LVII, p. 235-237).

A Câmara Municipal de Guaratinguetá também expediu ordens para que as casas fossem caiadas na frente e iluminadas à noite, e com certeza, também teve um emissário enviado para a sede do Vice-Reino, com a finalidade de ser o portador de documento de felicitações ao Principe Regente (2). A exemplo dos costumes religiosos da época, o governo da Capitania determinou ao Bispo de São Paulo que ordenasse a realização de preces públicas em todas vilas (Documentos Interessantes, LVII, p. 228) e missas de ação de graças (*Te-Deum*) ensejando uma feliz viagem ao Regente (FLEURY, 1979: 503).

Nesse contexto, é que D. João VI, entre as medidas que tomou, distribuiu títulos e mercês aos homens que viviam da governança, de negócios (grandes comerciantes) e da religião (padres), espalhados por todo o país, com a intenção de consolidar ainda mais o seu prestígio e obter apoio para as reformas que viriam.

No Vale do Paraíba, o princípe regente distribuiu inúmeros títulos de comendador do Hábito de Cristo a moradores da região, logo nos primeiros meses do ano (Ordens Régias – Códice 128 – Livro 12): em São Luiz do Paraitinga, ao Vigário Antônio Flávio de Carvalho Reis (o primeiro na região, em 24/06/1808), ao Capitão Mor José Gomes de Gouvêa (05/08/1808); em Areias, ao Vigário Manuel Teixeira de Azevedo; em Pindamonhangaba, ao Vigário Luiz Justino Velho Columbreiro; em Cunha, ao Sargento Mor Luiz Manuel de Andrade, e ao Capitão Antônio José de Macedo Sampaio (11/08/1808). **De Guaratinguetá**, o único foi o vigário da vila de Cunha, o Padre Antônio Galvão Freire, filho do Alferes Francisco Nabo Freire e de sua mulher, Francisca Xavier de França (irmã do Santo Frei Galvão), ricos senhores de engenho na região do Morro Vermelho e no bairro do Potim.

Na década de 1810, receberam a mesma mercê, Inácio de Loyola Freire Bueno (12/10/1812), capitão reformado das milícias da vila de Cunha, natural de Guaratinguetá (irmão do Padre Antônio Galvão Freire) e o Padre Bento Cortez de Toledo, vigário da vila de Taubaté (11/03/1809). Anos mais tarde, tornando praxe fazer construir no Brasil uma nobreza titulada, principalmente durante o 2º Império, receberam também, a Ordem de Cristo, entre outros: o Vigário Manuel da Costa Pinto (29/08/1842), o Capitão João de Moura Fialho (02/03/1844), e o Capitão Mor Manuel José de Mello, por contribuirem para a *"ordem nas províncias"*, durante a Revolução Liberal de 1842 (Ordens Honoríficas – Caixa 787 – fundo 69).

No âmbito econômico da região e da vila de Guaratinguetá, as medidas tomadas pelo Regente tiveram resultados a curto prazo e longo prazo.

Com a abertura dos portos, determinada por Dom João VI, a quebra do monópolio de determinados produtos e o término das restrições impostas para exportação, a pequena parcela de grandes proprietários do **Vale do Paraíba e de Guaratinguetá**, obtiveram maior facilidade e rentabilidade para exportar os principais produtos tropicais, o que já vinha ocorrendo, mas em menor escala, proporcionando, desse modo, o aumento e diversificação das atividades econômicas, principalmente as ligadas ao comércio de tropas, ao transporte de cargas e ao tráfico de escravos, montando uma estrutura que serviria de base para a passagem da cana-de-açúcar para o café, quando realmente aconteceria um *boom* na economia da região, quando houve aumento no plantel de escravos e a sofisticação e o luxo chegaram em algumas casas e chácaras através da importação de produtos da Europa, principalmente da Inglaterra, com quem o Brasil foi obrigado a firmar acordos comerciais.

Em Guaratinguetá, as exportações mais significativas foram o açúcar e a aguardente, em parte enviados para o Rio de Janeiro, e dali vendidos, por grandes comerciantes, para o exterior. Na vila teve grande destaque o Engenho da Conceição, do Capitão Mor Manuel José de Melo, como o maior produtor do genêro.

As importações, também praticadas anteriormente, tiveram uma mudança de eixo, entrando na região produtos de origem inglesa, em detrimento dos franceses e locais, estes produzidos e consumidos pela maioria da população residente.

Por conta dessas mudanças, surgiu, também, a possibilidade de diversificar as atividades para além da agricultura. Com a vinda da família real, a praça do Rio de Janeiro solidificou sua importância como o principal porto e eixo econômico do país, e tal aspecto beneficiou imensamente a exploração do comércio, atraindo, sob risco, muitos individuos da região de Guaratinguetá e Cunha, como o Alferes José Monteiro Silva, que trabalhou de 1809 a 1821 no comércio carioca, estabelecendo-se, posteriormente, em Guaratinguetá, montando uma bem sucedida rede de comércio baseado em sua loja de *"fazendas"*, em sociedade com o genro, Antônio Tertuliano dos Santos, outro comerciante residente no Rio.

Em sua residência mantinha, em 1827, a loja comercial, que vendia produtos de diversas categorias e procedências, como objetos de vidro, prata, porcelana e material para agricultura. Mantinha, ainda, um excelente atendimento para tropas que circulavam pela antiga estrada Rio-São Paulo, assim como, uma rede clientelar de crédito, tropas para transporte das mercadorias e agentes para a venda dos produtos em diversos locais da

região. Os chefes de famílias mais opulentos da vila, ao mesmo tempo em que se utilizavam da produção local, como roupas de algodão usadas no cotidiano, levavam para casa, também, a sofisticação representada por talheres, sopeiras, terrinas, pratos ricamente desenhados, lençóis e travesseiros de seda, bules e conjunto de xícaras, etc. (3)

No plano social, para a maioria da sociedade guaratinguetaense, que no período contava com cerca de 10.000 habitantes, em boa parte escravos, as mudanças foram poucas, pois a preocupação com a sobrevivência alimentar era a única possibilidade naquele cotidiano. A maior parte continuava na prática da pequena agricultura de subsistência, na produção do artesanato, no cultivo do algodão, na venda de beira de estrada, nos serviços de jornaleiro, carpinteiro, seleiro, etc. As casas urbanas permaneceram simples, sem maior requinte interno, continuando na área rural os sítios e pequenas fazendas com produção ligada à agricultura e criação de animais.

A situação só vai se alterar com o plantio do café, iniciado nas primeiras décadas do século XIX.

Quanto ao príncipe regente, sua aclamação como Rei, com o título de Dom João VI, só aconteceu em 1816, dois anos após a morte da mãe e oito anos depois da chegada ao Brasil.

Voltando para Portugal, em 1821, deixou no Brasil seu filho, o Príncipe Dom Pedro, futuro Imperador do Brasil.

Joaquim Roberto Fagundes

NOTAS: (1) Gomes, Laurentino - 1808. *Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma Corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*. p. 27. **(2)** Infelizmente não existe a ata da Câmara Municipal de Guaratinguetá referente ao ano de 1808, onde poderíamos constatar as medidas tomadas para marcar o evento.
(3) A maior parte da população não tinha acesso às novidades, e utilizavam-se de produtos da terra, feito por artesãos, principalmente por mulheres que viviam de fiar algodão e por homens que trabalhavam com o barro.

FONTES

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. **Ordens Régias e Honoríficas** .
Museu Frei Galvão/Arquivo Memória de Guaratinguetá. **Inventários** e **Testamentos do 1° Ofício.**

Bibliografia

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. Edição do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1937.
CALDEIRA, Jorge. **A nação Mercantilista: Ensaio sobre o Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.
COELHO, Lucinda Coutinho de Mello. **Ensaio Sócio-Econômico de Áreas Valeparaibanas**. Rio de Janeiro: Asa Artes Gráficas, 1984.
FAUSTO, Bóris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2002.
GOMES,Laurentino. **1808: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil Ltda., 2007.

NOTAS DO MUSEU FREI GALVÃO: - O desenho de Dom João VI foi extraído do logotipo criado pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro para as comemorações dos 200 anos da chegada de Dom João VI ao Brasil. O texto é uma homenagem do Museu Frei Galvão ao evento. - No XXII Simpósio de História do Vale do Paraíba, em agosto de 2008, em Resende-RJ, será realizado os Fóruns: **"Comemorativo 200 anos da Vinda da Família Real para o Brasil" e "História do Vale do Paraíba".**